

## A MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA O PONTAL MINEIRO (1950-1960) E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O PROCESSO EDUCACIONAL

DAIANE DE LIMA SOARES SILVEIRA\*

O presente artigo tem por objetivo apresentar discussão acerca da migração e suas consequências para aqueles que saem do seu espaço de origem em busca de novas perspectivas. Especificamente pretendemos abordar a migração nordestina, pois que se refere à pesquisa de mestrado<sup>1</sup>, ainda em andamento, cujo tema diz respeito à escolarização das mulheres nordestinas que quando meninas migraram com suas famílias para a região do pontal mineiro, sendo que tal fluxo migratório se passou nas décadas de 1950 e 1960<sup>2</sup>. Pretendemos, ainda, refletir sobre as consequências do encontro entre as diferentes culturas, que certamente há quando no fenômeno migratório, e a repercussão para o processo educacional.

O deslocamento de pessoas como experiência física e cultural é, como nos aponta Lúcio Kreutz, “fenômeno antigo como a própria humanidade, [...] caracteriza-se como fenômeno coletivo e/ou individual como experiência pessoal. Milhões de pessoas migraram e continuam migrando, efetivamente, para outros países, em busca de melhores condições para sua sobrevivência” (KREUTZ, 1999, p. 49-50). Entretanto, detemo-nos, aqui, no que se refere à migração interna, que é bastante efetiva no Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

O fenômeno da migração interna tem significativa relação com o processo de urbanização e importante transformação da sociedade brasileira ocorridos na segunda metade do século XX. Fausto Brito (2006) nos esclarece que “essa enorme transformação da sociedade brasileira tinha como um dos seus principais vetores a grande expansão das migrações internas. Elas se constituíam no elo maior entre as mudanças estruturais pelas quais a sociedade e a economia passavam e a aceleração do processo de urbanização” (BRITO, 2006, p. 223). Todavia, nesse processo de desenvolvimento urbano e econômico da sociedade brasileira, o que nos interessa,

---

\* Mestranda em Educação, na Linha de História e Historiografia da Educação na Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista da Fapemig.

<sup>1</sup> Mestrado em Educação na Linha de História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia – PPGED.

<sup>2</sup> Utilizamos aqui o conceito de fluxos migratórios como correntes populacionais que saem de uma área definida como de *expulsão* como sendo de fraco crescimento demográfico, para uma de *atração*, que diferentemente, apresentam altas taxas de incremento populacional. Pode-se ainda utilizar conceitos correspondentes de *origem e destino* dos fluxos, como espaços de onde provém e para onde se dirigem os migrantes (BARCELLOS, 1995).

maiormente, diz respeito às migrações interestaduais, pois que se referem ao nosso tema de pesquisa.

É relevante apontar que, nesse período, as transformações pelas quais a economia passava, estavam em sintonia com o processo de nacional-desenvolvimentismo, que desde a década de 1930, tinha na industrialização e na melhoria de infra-estrutura, possibilidades para fazer progredir o país. É certo que o nacional-desenvolvimentismo é um fenômeno multi-facetado que requer uma noção ampliada, pois envolvia vários setores da sociedade da época (1930-1964).

O nacionalismo característico dos anos 1930-64 configura-se inicialmente como uma ideologia do Estado e esteve associado não só ao populismo de Getúlio Vargas, mas também ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e ao reformismo social de João Goulart, isto é, às três mais importantes orientações políticas daquele período (MOREIRA, 1998, p.2).

O que se pretendia, por parte desses grupos, era o combate aos setores sociais que acreditavam atrasados como os latifundiários, o comércio exportador e a classe média tradicional. Especialmente no governo de JK, o que se visava era superar o subdesenvolvimento e o semicolonialismo, tanto no que se refere à economia, quanto às questões culturais. A burguesia nacional seria o segmento orientador desses interesses. Um grupo de intelectuais foi criado para defender essas ideias – ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)<sup>3</sup>, buscando unir a burguesia nacional, proletariado, camponeses e a nova classe média, como setores sociais *dinâmicos* interessados na industrialização nacional.

Em sequência tem-se o chamado “milagre econômico”, com a chegada da ditadura militar ao poder, período no qual o país vivenciou altas taxas de desenvolvimento econômico. Houve aumento da indústria de bens de consumo duráveis e crescimento acelerado do setor financeiro. Essa política, também continuou repercutindo no processo migratório, mobilizando grande número de pessoas pelo país.

---

<sup>3</sup> O ISEB foi criado pelo Decreto nº. 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, como um centro de altos estudos políticos e sociais, para promover a partir desses estudos a análise e a compreensão crítica da realidade brasileira, visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitiriam o incentivo e o desenvolvimento nacional. Para tal, reuniu intelectuais das mais diversas filiações ideológicas e áreas do saber. O ISEB foi um dos centros mais importantes de elaboração teórica de um projeto que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentista (SOUZA, 2009, s/p). Reunia intelectuais influentes como Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Roland Corbisier, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, entre outros.

Embora queiramos mostrar a relação entre a migração e certo desenvolvimento da sociedade brasileira, é de suma importância destacar que esse fenômeno tem estreita ligação com o problema histórico da pobreza ou da desigualdade social. Alfredo Gonçalves (2001) aponta essa relação mostrando que são fatores – migração, pobreza, desigualdade social – que guardam influência mútua. Segundo esse autor:

Historicamente, no Brasil, é difícil falar de pobreza sem atentar para os grandes deslocamentos da população, como também é difícil falar destes deslocamentos sem relacioná-los à exclusão social. Isto não significa estabelecer, sem mais, uma causalidade mecânica e imediata entre pobreza e migração. Mais apropriadamente, podemos afirmar que os dois componentes em questão têm funcionado, na história do país, como duas faces de uma realidade mais ampla. Constituem, simultaneamente, causa e efeito dos problemas estruturais da sociedade brasileira. (GONÇALVES, 2001, p. 173)

Mesmo sabendo que existam deslocamentos livres e espontâneos, faz-se necessário considerar que na história da sociedade brasileira os processos migratórios têm sido estimulados, no mais das vezes, por questões relacionadas à exclusão social. As pessoas deixam sua terra e o convívio mais fácil com sua cultura, em busca de melhores condições de vida, no entanto, essa, nem de longe, seria a decisão se houvesse outras opções. No trecho de entrevista a seguir, podemos observar a fala uma migrante expressando exatamente essa busca por melhores condições:

É a história do migrante. É aquela história: você sempre quer ir aonde tá bom pra você. [...] Poder dar o melhor pra família [...] Mas é difícil você largar sua terra natal pra vir pra um lugar estranho. Nos traz recordação, traz muita saudade, sobretudo você sendo criança. Até você estruturar você demora. Mas até hoje eu não esqueço. Até hoje ainda lembro, tenho saudade (SILVA, 2010).

O processo migratório, que investigamos, e sua relação com a educação, precisa ser compreendido, então, segundo contextos econômicos, sociais e culturais. Nesse sentido, necessário se faz pensar no caso do Nordeste brasileiro, a respeito do fluxo migratório, que teve e ainda tem os fatores expulsão e atração como importante medida para a emigração. Problemas como a seca, a má distribuição de renda e outros, estimulam a saída desses indivíduos, fazendo deles migrantes em potencial. Ademais, destinos como os grandes centros industrializados ou

mesmo lugares como a região do pontal mineiro que à época pesquisada se propagandeava como celeiro econômico, são atrativos para esses fluxos migratórios.

Para que se compreenda, portanto, alguns determinantes que contribuíram com esse processo migratório específico, faz-se necessário perceber que nas décadas de 1950 e 1960, Ituiutaba e região passavam por significativo processo de desenvolvimento agrário-industrial. Devido às terras férteis da região, desenvolveu-se a cultura de cereais, primordialmente o arroz, estimulando, assim, a indústria de beneficiamento de grãos, gerando, no âmbito econômico, importante crescimento para o pontal mineiro. No trecho a seguir é possível observar como se passava esse desenvolvimento, o qual foi noticiado por todo o país, em jornais e revistas, chegando até a região nordeste, estimulando o fluxo migratório:

A principal atividade do município é a agricultura. As terras de Ituiutaba e do ex-distrito de Capinópolis são reputadas entre as mais ferazes do mundo, comparadas segundo Humboldt, Sainte-Hilaire e Edward Miliward, às da Ucrânia, na Rússia, e às do Vale do São Lourenço, no Canadá. O cultivo em toda a zona obedece a um alto nível de mecanização, possuindo Ituiutaba mais de meio milhar de tratores, bem como numerosas colhedoras de arroz, o que lhe vale o título de “capital do arroz” (IBGE. 1959. p. 306).

A migração, também, foi estimulada, por parentes e amigos que migraram para a cidade em busca do trabalho na lavoura, os quais anunciaram as “boas novas”, como podemos ver nesse trecho concedido por um entrevistado:

[...] já tinha uma tia que já morava aqui, um tio, tudo já morando aqui. Eles é que meu pai pediu pra eles se podia vim pra cá morar com eles, porque lá tava difícil pra nós... Pra ele sobreviver com os filhos dele que lá não tinha jeito mais de dar estudo, nem de dar alimento. Lá tava sem lado mais. Aí meu tio falou: “Pode vim embora que aqui cumpadre tem tudo pra você. Ta sobrando as coisa aqui. Dá pra viver, tem emprego, tem serviço, tem lavoura. Pode vim, que aqui chove, aqui tem muita água, muita vida boa. Aí não dá pra ir mais não. Aí meu pai veio pra cá” (LEITE, 2010).

Há nesse período, significativo crescimento urbano, e sua análise contribui para a compreensão da relação entre educação escolar e migração. Vejamos alguns dados estatísticos.

**Quadro – População Rural e Urbana do Município de Ituiutaba**

<b>ANO</b>	<b>População Rural</b>	<b>%</b>	<b>População Urbana</b>	<b>%</b>	<b>Totais</b>
1940	30.696	88%	4.356	12%	35.052
1950	43.127	81%	10.113	19%	53.240
1960	39.488	55%	31.516	45%	71.004
1970	17.542	27%	47.114	73%	64.656

Fonte: Fundação IBGE – Censos Demográficos dos anos de 1940 a 1970.

Pode-se observar, no quadro, que a partir da década de 1960 e 1970, tem-se expressivo crescimento da população, entretanto tal fato se deve à migração rural, fenômeno esse comum em todo o país e também justificado pelo desenvolvimento por que passava a cidade, no que se refere à modernização<sup>4</sup>. É relevante analisar uma diminuição do número populacional na década de 1970, acontecimento que estava relacionado à emancipação de municípios antes vinculados a Ituiutaba.

Frente a esse aumento populacional urbano, há efetiva demanda por escolarização, exercendo, assim, influência no sistema educacional, tanto que houve ampliação do número de escolas públicas, pois até os anos 1950 eram apenas duas as escolas estaduais, sendo, por isso, maior o número de escolas particulares. Na década de 1960, outras oito escolas foram criadas, de forma que, no ano de 1970, a educação escolar na cidade era marcadamente pública (com 15 instituições de ensino), rompendo com o predomínio das instituições privadas e/ou confessionais, que diminuíram em número (SOUZA, 2010).

Todos esses fatores, mas primordialmente o desenvolvimento econômico foi questão fundamental para o estímulo à migração, visto que Ituiutaba era alardeada como celeiro econômico, tida como “*Capital do Arroz*”, e essa informação foi noticiada em todo o país em rádios e jornais, notícia essa que chegava ao nordeste, incentivando seu povo a migrar em busca de trabalho nas lavouras mineiras. Como dito anteriormente, aqueles que primeiro chegavam, também divulgaram as condições do novo espaço, convidando parentes e amigos a buscarem novas condições de vida em uma nova região.

---

<sup>4</sup> Melhorias no aspecto urbano; a questão da industrialização, especificamente ao beneficiamento de grãos, como dito anteriormente, e certo desenvolvimento no sistema educacional.

O migrante nordestino chega à região do pontal mineiro, iniciando-se uma convivência entre culturas distintas. Novo modo de vida, nova forma de se portar na sociedade e um sotaque diferente passariam a ser observados pelo tijucano iniciando um processo de estereotipização, com o preconceito e a discriminação. “E aí tinha uma história do preconceito, que era um preconceito terrível, infernal, uma coisa do outro mundo de impressionante, era o tal do preconceito. Que a gente enfrentava o preconceito” (PIRES, 2010)<sup>5</sup>.

O que se dizia sobre o migrante tinha significado pejorativo. Segundo Dalva de Oliveira Silva (1997)<sup>6</sup>, seus hábitos culturais foram rejeitados pelo mineiro tijucano, como o sotaque e o uso da “peixeira” na cintura, surgindo o perfil de gente violenta que deveria ser tratada com cautela e mantida a distância.

Nessa perspectiva, Tomaz Tadeu Silva (2000) traz ampla discussão acerca do conceito de identidade e diferença, mostrando que “Identidade e diferença não são essência, têm que ser ativamente produzidas pelo mundo cultural e social, [...] e são resultado de atos de criação lingüística” (SILVA, 2000, p 76). O que significa dizer, entre outras coisas, que o nordestino migrante e o mineiro tijucano construíram uma percepção de identidade própria e de diferença, em relação ao outro, quando da convivência entre esses dois grupos, sobretudo por meio de atos da linguagem.

Nesse sentido, esse autor ainda nos esclarece que a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam sempre ações de incluir e excluir, pois que envolvem relações de poder. Na convivência entre diferentes culturas, como afirma Silva (2000), não é corrente o consenso ou o diálogo, mas fundamentalmente relações de poder, na qual uma cultura se elege como a norma, definindo a outra como a diferença.

Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa (SILVA, 2000, p. 83).

<sup>5</sup> Depoente nordestina falando da relação preconceituosa a que passavam os migrantes na instituição escolar.

<sup>6</sup> A História dos Trabalhadores migrantes foi contada na Dissertação de Dalva de Oliveira Silva “*Memória: Lembrança e Esquecimento*. Trabalhadores Nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro (Décadas de 1950 e 1960)”.

No que diz respeito a essa relação que envolvia o preconceito com a estereotipização do modo de vida do povo nordestino, é relevante abordar a reflexão trazida por Durval de Albuquerque Jr. em seu livro *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. Esse autor vem nos mostrar que a imagem que se tinha e se tem da região Nordeste, qualificada negativamente com estereótipos como lugar de sofrimento, de gente miserável e violenta, foi uma imagem construída. Segundo Albuquerque Jr. (1999), a região Nordeste e a cultura nordestina com todas as suas generalizações foi uma invenção recente, moderna<sup>7</sup>. Com a participação de diversos atores – intelectuais e políticos –, o Nordeste é uma tradição inventada, cuja intenção era formar uma cultura que marcasse e definisse o que é o povo nordestino e o Nordeste.

Todavia, nesse processo, que se inicia na década de 1920, estigmas são reforçados, pois temas como a seca, o cangaço e o messianismo são amplamente divulgados, através da literatura, das artes plásticas, da poesia ou mesmo da música, marcando uma imagem de povo sofrido, violento e fanático. Imagem essa, que, certamente, já havia sido bastante divulgada quando da chegada dos migrantes ao Pontal mineiro. Um exemplo que podemos citar dos vários apresentados por Albuquerque Jr., refere-se ao *Romance de Trinta*<sup>8</sup>, cujo discurso literário foi partícipe dessa invenção.

O chamado "romance de trinta" institui como "temas regionais": a decadência da sociedade açucareira; o beatismo contraposto ao cangaço; o coronelismo com seu complemento: o jagunço e a seca com a epopéia da retirada. Esses temas, presentes na literatura popular, nas cantorias e desafios, no discurso político das oligarquias, foram agenciados por essa produção literária, tomando-os como manifestações que revelariam a essência regional. (Albuquerque Jr., 1999, p. 120)

Dessa forma, o preconceito reproduzido com a chegada do migrante, tem estreita relação com essa representação que vinha sendo construída de povo violento, sofrido e mais atrasado que o Sul do país. Podemos afirmar que esse discurso teve repercussão nas interações escolares. Isso porque, como afirmado anteriormente, houve a expansão do número de escolas estaduais nas

---

<sup>7</sup> A partir do início do século XX, surge, no Recife um grupo chamado O Bloco do Norte, cujo primeiro movimento, seria o de denunciar os privilégios econômicos do Sul frente ao Norte. Entretanto, esse movimento se amplia envolvendo intelectuais e políticos, sendo denominado grupo dos regionalistas e tradicionalistas se direcionando a instituir uma origem para a região.

<sup>8</sup> Participaram dessa produção literária, segundo Albuquerque Jr. (1999): José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, José Américo de Almeida.

décadas de 1950 e 1960, e as famílias migrantes certamente buscariam a escolarização de seus filhos.

Entretanto, voltamo-nos para o estudo da escolarização das migrantes nordestinas em Ituiutaba-MG, o que nos permite refletir sobre o papel social desse grupo, colaborando para o desvelamento da história das mulheres na região do pontal.

É importante apontar, que para conhecer a história dessas migrantes, temos nos utilizado, mormente da fonte oral<sup>9</sup>. Sobre esse aspecto, Jacques Le Goff traz relevantes contribuições ao nos dizer sobre a memória, como mecanismo que guarda certas informações. Segundo esse autor: “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 1990, p.368).

No trabalho com as fontes orais, é ainda esse autor que vem nos ensinar sobre o conceito de documento-monumento, esclarecendo que todo documento é antes de tudo *monumento*, e tem por traz de sua construção, intenções de poder, sendo, sempre, necessária ao pesquisador, a crítica à fonte.

Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, de colocá-los em séries e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da *cultura material*, os objetos de *coleção* (cf. *peso, medidas, moeda*), os tipos de *habitação*, a *paisagem*, os fósseis (cf. *fóssil*) e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens (cf. *animal, homem*). Enfim, tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso (cf. *verdadeiro, falso*), trata-se de por à luz as condições de produção (cf. *modo de produção, produção/distribuição*) e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder (cf. *poder/autoridade*) (LE GOFF, 1990, p. 525).

Ainda nesse sentido, nos apoiamos sobre as contribuições de Verena Alberti (2008) no que diz respeito à história oral e seu caráter intencional e à crítica das fontes. Ademais, essa autora nos lembra ser importante “ter em mente outras fontes” para a reconstrução dos fatos, na busca do máximo de verossimilhança possível. “Trabalho simultâneo com diferentes fontes e o

---

<sup>9</sup> Até agora, foram realizadas nove entrevistas, sendo seis com mulheres e uma com um homem, alguns que migraram ainda criança e outros filhos de famílias migrantes; e mais duas com professores que atuaram na época pesquisada. Utilizou-se nomes fictícios.

conhecimento aprofundado do tema, permite perceber ‘dissonâncias’ que podem indicar caminhos profícuos de análises das entrevistas de História Oral”(ALBERTI, 2008). Esse é um trabalho, no qual também nos detemos, embora ainda estejamos com a pesquisa em andamento. Outras fontes serão analisadas, na busca por *transformar o material em história* como nos ensinou o mestre Certeau, como as fontes impressas, imagens fotográficas, Atas escolares, os Livros de matrículas e outros que serão pertinentes para o trabalho investigativo.

Um dado inicial se refere às condições das escolas, nas quais as meninas migrantes seriam matriculadas, sendo, num primeiro momento, em instituições rurais. Conforme observamos, a partir dos depoimentos, eram bastante precárias as condições de estudo e de acesso, com falta de infra-estrutura e aulas em salas multi-seriadas, como é fácil notar nos trechos a seguir: “

[...] era tudo junto dos que aprendia a ler até a quarta série. Não tinha sinal, não tinha nada, né. Que era na fazenda. As escola, também era de chão batido. Chão batido, e as parede da escola, tudo de madeira. E os pais dos alunos é que sempre viam dar uma reforma na escola, dar uma ajudadinha nas coisas. E aí a professora batia uma palma, aquela palma era pra saber que tava... Pra nós se prepara pro recreio. Aí nós arrumava os objeto. Aí batia outra palma, nós virava as pernas pra fora, ficava com as pernas virada pra fora. Batia outra... Se nós ficasse muito agoniado demorava muito. Aí batia outra e nós ficava de pé. Era... De pé. Paciência. [...] Ia pra escola passando pelos caminhos, até pelos atalhos. Porque as estrada era pouca. E o que mais judiava de nós no caminho da escola era as vacas. (PIRES, 2010).

E ainda em outro depoimento:

Era uma sala só, sabe. Parece assim... Eu não tenho muito bem lembrança não, mas parece que repartida assim, no meio da sala tinha uma turma do primeiro ano e do segundo. Acho que era assim, sabe. Não lembro muito não, mas era assim, dentro duma sala só, uma turma pra cá, outra pra cá (OLIVEIRA, 2010).

Embora houvesse famílias que vieram em situação econômica, um pouco melhor, tendo condições, portanto, de colocar suas filhas em instituições particulares, a maioria que migrou teve que passar por inúmeros percalços. Podemos ver a seguir que a entrevistada afirma que estudou em escola particular, todavia não pôde se furtar do convívio com o preconceito:

Então nós estudamos a vida inteira em escola particular que era o Santa Tereza, uma escola de freira. [...] Nessa chegada minha, quando você vai pra uma escola que é de um nível aquisitivo alto, e também por você ser um migrante, havia uma pequena rejeição das pessoas em cima da gente. Então o nordestino

era visto como um intruso nessa época. Então assim, o povo te olhava meio assim,... você se sentia um pouco assim de lado, entendeu. Até as pessoas adaptarem com você, te aceitar. eu acho que a gente... Eu sofri um pouco com isso. Entendeu, havia rejeição do mineiro em cima do nordestino. Mas o povo vendo o valor que é o povo da minha terra, eles começaram a aceitar. (SILVA, 2010)

O preconceito existente nas relações entre colegas – migrantes nordestinas e tijucanos mineiros – era reproduzido nas falas, com intenções pejorativas, o que acabava gerando situações de discriminação e muitas vezes de violência. A menção a essas situações aparecem na maioria das entrevistas, e quando não há referência aos embates físicos, há a alusão ao preconceito, mesmo que de forma mais velada. “Tanto que uma vez, eu não sei o que aconteceu, eu dei uma briga na escola, eu bati em seis menina lá. Eu rodava minha lancheirinha e: Vem, vem, vem, vem! E o povo vinha e a lancheirinha batia.” (SILVA, 2010). E outra depoente que estudou em escola rural assim afirmou: “Eu era meio brava (risos). Sempre pegava uma briga na escola (muitos risos). Eu era meio brava.” (LIMA, 2010). E ainda outra entrevistada que nos aponta a questão da discriminação:

Mas porque que nós brigava? Nós brigava muito, mesmo, era cada brigas horrorosas, de esquina, de correr, de tudo quanto era trem. Nós andava armado. (risos) [...] Nós apanhava muito por causa da nossas violências. Nós ia pra escola e deixava os porrete escondido. Mas é porque? Porque nós chegava... Nós, naquela época, chamar de nortista era xingar... Era chegar e eles ficava: “nortista, não sei o que”... Aí nós falava: Deixa! Aí se fazia alguma coisa: “Foi aquela nortista! Foi as nortista!” Tudo que acontecia nas escola, era os capeta do nortista! Aí os nortista era revoltado (PIRES, 2010).

É relevante dizer que a relação entre os sujeitos partícipes da instituição escolar, refere-se, também, à interação professor-aluno, de fundamental importância para o processo, esse mesmo que vimos discutindo, da convivência entre diferentes culturas. Seria de se esperar que os professores, nessa relação, deveriam contribuir para a extinção do preconceito e da discriminação. Todavia, de acordo com os depoimentos, muito pelo contrário, havia profissionais da educação que estimulavam os estereótipos com falas preconceituosas, e com a separação dos alunos como podemos observar nesse trecho de entrevista:

Porque quando eu fiz a quarta série na fazenda com o professor José Gonçalves, ele tinha pavor de nordestino. [...] esse que tinha tanto preconceito com nós quando fazia quarta série, que separava nós. Que falava: ‘Eu quero nortista tudo naquele canto! Que esse povo não presta! Tudo naquele canto! Que vão brigar e vão judiar!’ E punha nós tudo num canto. Nós sentado tudo num canto desconfiado com as cabeças baixa. Você acredita? (risos) Aí nós ficava lá por isso. Aí os meninos saíam pro recreio, depois que os meninos saíam é que nós saíamos, pra nós não brigar. É mole? (PIRES, 2010).

Pudemos observar depoimentos de professoras que, antes mesmo de iniciar a entrevista, afirmaram que não havia discriminação, no entanto, demonstraram em suas falas que o aluno migrante nordestino, ao se inserir na escola mineira, deveria ter sua identidade *normalizada*, era necessário, por exemplo, mudar seu vocabulário para se integrar ao grupo dos alunos da região, pois o sotaque diferente era um problema. “Eles vinham com um sotaque completamente diferente, não é. O vocabulário deles... Muitas palavras eram diferentes do vocabulário nosso. Teve assim... O que eles tinha? Tinha que integrar nesse nosso vocabulário. Muitas vezes até mudar o deles pra integrar”. (BARBOSA, 2010) Em outro depoimento: “Eles se entrosavam, não vou te falar que era assim rapidinho não, mas também não demorava tanto não. Dentro de um mês eles já estavam completamente já largando as suas raízes” (FERREIRA, 2010).

Percebe-se, dessa forma, um processo de *normalização* (Silva, 2000), em que a identidade dos mineiros deveria ser preservada e a cultura dos migrantes, tida como diferente, era vista como negativa, e precisava se enquadrar. Ademais, estes professores estavam reproduzindo uma dada imagem, imagem essa, estereotipada, que como vimos com Durval de Albuquerque Jr.(1999), foi construída e divulgada a partir do início do século XX.

Outro destaque importante refere-se a que os primeiros grupos migrantes tinham pouco acesso à escolarização, pois o aumento do número de escolas públicas acontecia no âmbito urbano e até início da década de 1960, a maior parte dos migrantes estava nas fazendas que não contava com número de escolas adequado para o atendimento a toda a população da zona rural. Mesmo para população local, a escola era ainda uma “dádiva das classes privilegiadas” às classes menos favorecidas (FOLHA DE ITUIUTABA, 1963). Mas a partir da segunda metade da década de 1960 esse quadro mudaria de figura, pois os migrantes começaram a se transferir para a cidade: “Aos poucos, muitos foram deixando as fazendas em busca da cidade e do estudo para os

filhos e depois, com a crise na agricultura, provocada pelas estiagens no final dos anos 60 e início de 70". (SILVA, 1997, p.101)

As migrantes, para se manterem nas escolas, enfrentavam obstáculos e dificuldades cotidianas, sobretudo aqueles decorrentes de sua condição social, mas acentuadas pelas diferenças culturais. Nesse depoimento, a colaboradora que estudou em escola pública estadual na cidade de Ituiutaba, abordou alguns desses aspectos:

Então eu ficava puxando a água pra encher as vasilhas assim, até encher. Quando dava o sinal lá na escola é que eu saía correndo pra ir pra escola. Era desse jeito. Minha vida sempre foi sacrificada... desde pequena. (mostrou-se emocionada). [...] Assim, do Ensino Fundamental. Deu pra mim aprender a ler e a escrever. Sabe, assim muito mal, engolindo muitas letras, mas deu. Eu fiquei assim até os cinquenta anos, quando eu resolvi estudar de novo. (JUNQUEIRA, 2010)

Dessa forma, pudemos observar que a escolarização da migrante nordestina foi vivenciada por forte discriminação, reflexo de um processo maior que ocorria na sociedade tijuicana. Sua cultura foi apresentada como acentuadamente diferente, portanto, a do tijuicano se manteve como a norma. Como vimos, as implicações dessas escolhas envolveram inclusive embates físicos junto às interações existentes nas instituições escolares. Como se não bastasse, havia problemas sociais que dificultavam ainda mais a inserção e a permanência aos estudos dessas meninas.

Todavia, o que nos parece é que nesses embates, e na busca por garantir a sua escolarização, as meninas migrantes não tiveram um comportamento submisso, diferente disso, lutaram, usando diferentes recursos e continuam ativas, pois a maioria das depoentes exerceu ou exerce uma profissão.

Acreditamos, assim, que a migração interna tem substancial relevância para as pesquisas das ciências sociais, pois grande parte da população brasileira, desde a segunda metade do século passado tem se deslocado rumo a novas condições de vida. Todavia, esse deslocamento, sobretudo aquele que se faz imposto por condições, muitas vezes, de subsistência, como foi o caso do migrante nordestino nas décadas que aqui pretendemos continuar pesquisando (1950-1960), deve ser refletido e abordado por desvelar uma história de luta e superação.

### Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JR., D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- BARCELLOS, T. M. de. MIGRAÇÕES INTERNAS: Os conceitos básicos frente à realidade da última década. *Ensaio FEE*, ed. 16, 296-309, 1995.
- BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *ESTUDOS AVANÇADOS*, v. 20, n.57, p. 221-236, 2006.
- CORTES, C. D.C. *Ituiutaba Conta a sua História*. Ituiutaba, EGIL, 2001.
- GONÇALVES, A. J. Migrações Internas: evoluções e desafios. *ESTUDOS AVANÇADOS* v. 15 n. 43, 2001.
- KREUTZ, L. Identidade Étnica e Processo Escolar. *Cadernos de Pesquisa*, n.107, julho/ 1999.
- MOREIRA, V. M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*. v. 18, n. 35, São Paulo, 1998.
- SILVA, Dalva M. de O. *Memória: Lembrança e Esquecimento*. Trabalhadores Nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro (Décadas de 1950 e 1960). Dissertação de Mestrado: PUC-SP. 1997.
- SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- SOUZA, E. R. *O ISEB: A Intelligentsia Brasileira A Serviço do Nacional Desenvolvimentismo na Década de 1950*. Anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Nossas Letras na História da Educação. Ouro Preto: Editora da Universidade Federal de Ouro Preto, 2009. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h563.pdf>> Acesso em 28 de jan de 2013.
- SOUZA, S. T. O Universo Escolar nas Páginas da Imprensa Tijuca (Ituiutaba-MG – anos de 1950 e 1960). *Cadernos de História da Educação*, vol. 9, n.2, jul/dez.2010.

### Fontes

- **Entrevistas (nomes fictícios):**

- ⇒ (LIMA, Maria), entrevista em fevereiro/2010 – migrou em 1952, vindo de Caicó-RN, era criança;
- ⇒ (PEREIRA, Joana), entrevista em março/2010 – migrou em 1944, vindo de Santana de Matos-RN;

- ⇒ (SILVA, Rita), entrevista em março/2010 – migrou em 1950, vindo de São Vicente-RN na primeira infância.
  - ⇒ (JUNQUEIRA, Aparecida), entrevista em fevereiro/2010– filha de migrantes que vieram nos anos de 1950.
  - ⇒ (OLIVEIRA, Ana), entrevista em março/2010 – migrou em 1953, vinda de Florânia-RN.
  - ⇒ (PIRES, Laura), entrevista em abril/2010 – filha de migrantes que vieram no ano de 1954.
  - ⇒ (LEITE, Mario), entrevista em abril/2010 – migrou em 1958, vindo de Cabeçudo na Paraíba.
  - ⇒ (BARBOSA, Zilá), entrevista em dezembro/2010 – professora nascida em Ituiutaba, em 1947. Começou a lecionar em 1967.
  - ⇒ (FERREIRA, Divina), entrevista em novembro/2010– professora que migrou de SP para Ituiutaba com quatro anos, em 1950. Começou a lecionar aos 17 anos.
- **Jornal:** Consulta às Coleções do jornal: “Folha de Ituiutaba”, constante do acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba.
  - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Recenseamentos de 1940, 1950, 1960 e 1970.